

O esquecimento e o moderno: contrafaces do Modernismo brasileiro

Ana Lúcia Teixeira
Universidade Federal de São Paulo
2013

Uma das razões pelas quais o modernismo brasileiro conta com o apoio e o entusiasmo das elites locais advém de sua consonância com um processo mais amplo de modernização que perpassava diferentes vertentes da sociedade nas primeiras 3 décadas do século XX. Para tratar dessa questão é necessário circunscrever o contexto em que, no Brasil, se deu o modernismo mais alinhado com as propostas das vanguardas européias, o modernismo paulista, assim como ressaltar que a relação desse movimento com o seu contexto foi de mútua afirmação.

É vasta na bibliografia que trata da posição de São Paulo na constituição da Primeira República a referência à sua pujança econômica, que se fazia sentir agudamente desde antes do momento da sua proclamação. Para o delineamento do desenvolvimento econômico de São Paulo no primeiro período republicano, é possível desmembrar as forças que aceleravam a economia paulista da época em 3 vertentes: o capital cafeeiro, o capital externo e o empresário imigrante. Primeiramente, a expressão *capital cafeeiro* não é gratuita. Considerando que, embora sejam a propriedade da terra e a produção do café as atividades sustentadoras do processo de urbanização da capital paulista e a principal atividade econômica pelo menos até a década de 1930, são os mesmos agentes sociais que compõem a oligarquia cafeeira e investem nas novas atividades ligadas ao acúmulo do capital no cenário urbano. É preciso considerar ainda que a demanda crescente do café no mercado internacional, combinada com a dispensa da mão-de-obra escrava, impõe como saída necessária ao incremento da produção o recurso à mão-de-obra imigrante, livre e assalariada, o que confere à própria atividade cafeeira uma formatação mais empresarial do que aquela com que se apresentava anteriormente.

Evidentemente, tal desenvolvimento acelerado a que foi submetida a cidade de São Paulo na passagem do século XIX para o XX só é possível porque a estrutura montada em torno da atividade cafeeira já dispunha de recursos consideráveis: no momento da Proclamação da República, São Paulo já dispunha de uma vida econômica razoavelmente diversificada, o que envolvia um crescimento populacional também acentuado, e que demandava um contínuo processo de urbanização, o qual ganharia um impulso formidável com o desembarque mais substantivo do capital estrangeiro. A instalação, em 1899, da companhia canadense *The São Paulo Light and Power Company* é um marco indiscutível desse processo, sendo vastamente citada na historiografia sobre período como a empresa que leva as companhias locais à falência e monopoliza, com exceção dos serviços de águas e esgoto, sob responsabilidade do governo do Estado, todos os serviços públicos urbanos da Capital. Paralelamente, estava posto o problema da modernização do desenho urbano da cidade, empreendido por outra companhia de capital estrangeiro, a *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Co.* é exemplar desse processo, tendo empreendido o desmatamento do que restava da Mata Atlântica na colina mais alta da cidade, a Avenida Paulista e a transformado, pelas mãos do arquiteto Barry Parker, num belo jardim gramado inglês, condizente com a reurbanização que começava a sair do projeto e abria a vista, do alto da Paulista, para o primeiro bairro moderno da capital. Tratava-se de um remodelamento da cidade para que ela pudesse acolher uma oligarquia agrária que se mudava para a capital e buscava acertar o passo com um estilo mais cosmopolita de viver, mais condizente com seus novos investimentos, próprios de uma economia liberal. Assim, a noção de modernização no contexto paulista da passagem do século, é o resultado de uma combinação de padrões de produção e de consumo, de diversificação econômica e da conseqüente reformulação dos estilos de vida.

Esse nível de rápida desfiguração da vida na cidade tal como seus habitantes a conheciam, associa-se a altíssima e variada taxa de imigração que ela recebia durante o mesmo

período, e para alimentar precisamente os mesmos acelerados processos de desenvolvimento do âmbito produtivo. Aqui tocamos no terceiro e último ponto que caracteriza o desenvolvimento econômico do período. Se a esmagadora maioria da massa imigrante chegava ao estado de São Paulo para ser alocada como mão-de-obra na produção cafeeira, é preciso ainda considerar que alguns nomes integraram o empresariado paulista.

Como ressalta o sociólogo brasileiro José de Souza Martins, se é possível considerar a transposição da população do interior da Província como um fenômeno migratório, então as elites cafeeiras devem também ser consideradas como população migrante na São Paulo em franco processo de urbanização. Rompendo assim como a forma mais usual de considerar o migrante, normalmente restrito àquela figura que muda de território na busca de trabalho braçal, Martins inclui no âmbito dos migrantes os membros da elite que mudavam de residência. Oriundos de suas fazendas, financiavam as profundas alterações na fisionomia da cidade e passavam a nela habitar, buscando dissolver sua imagem de elite agrária na substituição de seus estilos de vida, agora mais condizentes com a Modernidade que irradiava da Europa.

Considerando assim os 3 elementos que compõem a economia paulista em processo de modernização, é possível afirmar que eles têm em comum sua origem externa à capital paulista. Ademais, a população trabalhadora vai se inflando do elemento imigrante, de maneira que os bairros vão se diferenciando em seus idiomas, em seus sotaques, em sua arquitetura, e, evidentemente, em seu diferencial poder de desenhar o rosto da nova urbes. Portanto o corpo mais substantivo de personagens responsáveis pela transformação da cidade lhe veio de fora, o que faz de São Paulo um ponto de cruzamento de elementos, cuja força econômica posterior foi desdobrada, em larga medida, de uma coincidência de conveniências de grupos diversos e “adventícios”.

A despeito dessa constituição fundamentalmente adventícia, o processo de metropolização não se desdobra de maneira acéfala. Isso porque a oligarquia cafeeira evidentemente não se sente, no desenrolar dos acontecimentos, como elemento igualmente externo ao processo de enraizamento local como são os outros componentes desse processo de desenvolvimento. Ao contrário, sente-se realmente como construtora dessa cidade em processo de metropolização e sua legítima governante, condição que, uma vez sedimentada, lhe permite a empreitada de alçar-se para a condição de governante em nível nacional. Num cenário que prima pela hegemonia do elemento externo, foi necessário forjar um componente simbólico que lhe conferisse coesão social. A constituição de uma narrativa mítica de efeito retrospectivo pôde operar, num procedimento de reinterpretação histórica que rearticula o passado no sentido de nele localizar o gérmen da situação presente que, por isso mesmo, aparece como sendo dele uma espécie de resultado natural, ou ao menos previsto. Tratou-se, assim, de buscar nos antecedentes históricos de São Paulo o embrião das suas potencialidades singulares, que se expressariam nos fins do XIX pela liderança econômica paulista, que pôde então ser entendida como o produto de um ambiente que se criou pela ação de um tipo social que em São Paulo teve oportunidade de se desenvolver séculos antes: o bandeirante. Figura responsável por adentrar os sertões ainda inexplorados do território brasileiro em busca de minérios e de índios para escravizar, o bandeirante, quase sempre português ou descendente de portugueses, é pioneiro na exploração do território interior, empreitada que leva em frente de maneira muito rudimentar e sem apoio da Coroa portuguesa. São pequenos grupos que adentram o território de forma a combater e escravizar os índios, explorar os recursos naturais e atacar vilarejos jesuítas com o intuito do enriquecimento rápido. Esse tipo social é um elemento chave para se pensar o imaginário paulista do início do século XX, momento que se convencionou chamar de “segunda fundação de São Paulo”. Concomitante a esse movimento de industrialização e metropolização da cidade se dá uma espécie de reinvenção do passado, cuja centralidade é oferecida à figura do bandeirante, formulada através de uma narrativa monumental.

Para o historiador Joseph Love, não há gratuidade alguma no fato de que é precisamente no último quartel do século XIX que a figura dos bandeirantes é retomada no discurso da elite agrária paulista ilustrada: “Por meio século, poucos paulistas educados tinham qualquer dúvida de que sua

psicologia coletiva fora herdada dos bandeirantes: o bandeirante havia expandido a fronteira; havia posto sua energia a serviço de fins produtivos. Não é coincidência que essa auto-imagem se tenha cristalizado durante o último quartel do século XIX, pois está inextricavelmente ligada à expansão da fronteira do café.”

No entanto, se a improbabilidade do vilarejo jesuíta se transformar na mais importante economia do país foi dissipada pela conexão de elementos adventícios, não só a ação objetiva de conquista territorial para o cultivo do café pode ser associada à atividade bandeirante, mas também o papel simbólico de amálgama social que dá coerência histórica a um lugar que se constitui, naquele momento, como o local de encontro de elementos externos. Sem essa narrativa mítica que rearticula a história e encontra para a liderança paulista uma finalidade, por isso mesmo, historicamente justificada, os elementos externos permanecem soltos e desconexos. O mito do bandeirante pode forjar para a população local, sobretudo para a elite agrária que toma posse da nova cidade em processo de metropolização, o enraizamento de que ela anteriormente não dispunha.

Por isso, vale reafirmar, a elite agrária, ainda que também migrante, não será jamais impregnada do estigma da imigração. Para ela não há dúvidas de que é a ela que cabe o papel de liderança política não só da metrópole e do Estado da nova federação, como da própria nação. Para si ela formulou esse papel, e com ele, forjou o mito por meio do qual o seu enraizamento na cidade pôde ser fabricado. Essa elite se põe como herdeira dos atributos do bandeirante, desbravador e heróico, assim como da terra por ele cercada na forma da propriedade privada.

O que se vê em processo de gestação no interior da cristalização mítica que justifica o posicionamento da elite cafeeira paulista é a formulação de nacionalismo paulista armado sobre uma dupla caracterização: em primeiro lugar, trata-se da valorização de um nacionalismo que não se manifesta pela valorização de toda a nação, mas de parte dela. Isso porque, tal como explicita a socióloga Maria Isaura Pereira de Queirós com base na afirmação do mito bandeirante, justificava-se para a elite paulista o sentimento de superioridade em face do restante da nação. Reversivamente, o mesmo símbolo dispõe de poder contrário quando se considera o âmbito da elite que o sedimentava.

Nesse sentido, um símbolo que opera com esse duplo funcionamento, segregando internamente a própria coletividade paulista e oferecendo coesão social aos indivíduos que compõem a sua elite no comando das transformações da São Paulo daquele momento, é de extrema pertinência para a compreensão desse sentimento de superioridade paulista que em muito se aproxima da idéia de nacionalismo, ainda que se apóie numa noção de nação que não é coincidente com o Estado nacional. Trata-se da valorização de uma espécie de *nação paulista* da qual o Modernismo é um vórtice catalisador. São Paulo ganha uma representação metonímica através da qual pensa falar em nome de toda a nação.

É importante perceber nesse processo que, no momento em que nacionalismo e modernização se articulam na mesma trama, é de um nacionalismo fincado na idéia de desenvolvimento nacional com olhos fixos no futuro que se trata. Nessa articulação de princípios, ainda que uma reinvenção de matizes monumentais tenha sido empreendida para reler o passado no sentido de nele localizar o germen de um futuro promissor, criando entre passado e futuro uma relação teleológica em que o vigor paulista que se volta para o futuro não é mais do que um heroísmo já visto no passado, na atuação bandeirante, agora reapresentado com as vestimentas modernizadoras do século XX, esse passado não é inserido na narrativa do presente como o lugar do fundamento da liderança paulista. Ele é retomado numa dimensão mítica que, como tal, pode ser suprimida do fluxo temporal. Sua remissão histórica se faz unicamente pela localização, no tempo, da figura do ancestral bandeirante. Isso não implica de forma alguma uma valorização do passado como fundamento do novo. O nacionalismo que brota dos processos de modernização de São Paulo, e que encontra rebatimento no plano da cultura precisamente na produção modernista mais consagrada, é um nacionalismo fincado no porvir. Trata-se de ressaltar a juventude promissora de uma nação em construção, cujo passado não lhe oferece as referências capazes de alicerçar tal projeto pela simples razão de que no passado não se

constituía como nação. A recente condição de colônia torna incontornável considerar que o passado cultural da nação, em nome da qual a São Paulo dos anos 1920 pretende falar, é marcado pelo primado da heteronomia. A submissão a outra nação e a tomada das balizas de sua cultura como parâmetro da constituição da cultura brasileira são dimensões inextirpáveis da relação entre metrópole e colônia que, justamente, se pretende fazer subsumir para que a noção de nação e uma correlata perspectiva da cultura que possa ser considerada “autêntica” possam se consolidar.

Nesse empreendimento, o recorte temporal privilegiado é precisamente o futuro, como é próprio de toda idéia de projeto. Para isso não houve um descarte do passado, mas uma reinvenção do passado segundo os critérios do presente que apaga das origens culturais da nova nação o que dela se pode considerar como traço de heteronomia, ou seja, a herança lusitana. É como se, para a elite intelectual daquele momento, um país como o Brasil, que é resultado de um processo de colonização e ponto de recepção exacerbada de forte e variada imigração, a perspectiva de origem da nação pudesse ser considerada como fundada apenas e exclusivamente de si mesma. Os próprios bandeirantes, em sua esmagadora maioria portugueses, ou descendentes diretos deles, aparecem como fruto da terra. Nesse estranho processo de reinvenção do passado, foi possível rasurar toda e qualquer remissão ao elemento português, associado à condição heterônoma da colônia, mas valorizar a figura do bandeirante que, sendo português, deixa de ser considerado como tal, passando a ser tomado como paulista. A figura do bandeirante é assim cindida em seus atributos, os quais são parcialmente ressaltados e parcialmente rasurados segundo a conveniência da narrativa que nos fins do XIX e no início do XX se gestava para consolidar a liderança de um grupo dentro de São Paulo e de São Paulo frente à nação.